

Aprovo.

Procedimento n.º 46/INR/2023

**“Serviços de Apoio à Implementação do Regulamento Geral de Proteção de
Dados (RGPD) no Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.”**

Ajuste Direto Regime Geral

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.^a

Objeto do contrato

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas aplicáveis à relação jurídica a estabelecer entre a Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária, que tem por objeto a aquisição de **Serviços de Apoio à Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)** no Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P..

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificado pelo convidado, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado no contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo Primeiro Outorgante e aceites pelo Segundo Outorgante, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.^a

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de **15.000,00€ (quinze mil euros)**, ao qual será acrescido o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor, estando associado um valor mensal de 1.250,00€, correspondente a 25 horas / colaborador, com um custo horário de 50 euros / hora.

2. O preço base foi estabelecido tendo por referência consulta preliminar, de acordo com o previsto no artigo 35-A do CCP.
3. O preço constante na proposta deverá ser indicado em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do CCP.
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao INR, I.P., e que se considerem necessários para o desempenho do serviço a prestar, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com a prestação de serviços objeto do contrato a celebrar e que decorram da normal execução do mesmo, mas que não estejam especialmente previstas e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.

Cláusula 4.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Entidade Adjudicatária **o valor da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 5.^a

Condições e prazos de pagamento

1. A Entidade Adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços objeto do contrato, descritos no presente caderno de encargos.
2. Os valores são fixos e serão faturados trimestralmente.
3. As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, e com o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado pela respetiva entidade adjudicante, sob pena de devolução das mesmas.
4. As quantias devidas pelo INR, I.P., devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da fatura - o que só poderá ocorrer após a execução dos serviços a que se refere e não podendo ocorrer quaisquer adiantamentos por conta dos serviços a prestar, devendo

esta ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

5. Em caso de discordância por parte do INR, I.P., quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento contabilístico adequado.
6. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
7. 6. A fatura deverá ser emitida em nome do **Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., com o NIF 600055930**, e emitidas eletronicamente, de acordo com o artigo 299.º-B do CCP, enviando os documentos de faturação eletrónica para a solução “Fatura Eletrónica na Administração Pública” (FE-AP), fornecida pela eSPap. Para a sua adesão, deverão consultar as Normas Técnicas e Funcionais disponíveis no site da eSPap - <https://www.espap.gov.pt/spfin/FAQ/Paginas/FAQ.aspx#maintab7>.”, **sob pena de devolução**.
8. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.
9. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência do contrato

1. O contrato inicia-se com a sua outorga, pelo prazo de 12 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor do contratante.

Cláusula 7.^a

Gestor do Contrato

1. A execução do contrato é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato, cuja identificação nominal constará do texto contratual, designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com estipulado no artigo 290-A. do CCP, e por um gestor de contrato designado pela entidade adjudicatária.
2. O gestor do contrato exerce as funções previstas no artigo 290-Aº do CCP.
3. Caso se verifique, durante a execução do contrato, a substituição de gestor contratual, a sua indicação nominal será comunicada ao contraente, por escrito, no prazo máximo de 5 dias desde a data da sua designação.

Cláusula 8.^a

Proteção e tratamento de dados pessoais

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
 - 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito

dos mesmos;

- 1.5. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- 1.6. Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
- 1.8. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- 1.11. Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de

acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

- 1.12. Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 9.^a

Sigilo e confidencialidade

1. Todos os elementos entregues pelo INR, I.P., no âmbito do presente procedimento, bem como em fase de execução do contrato, são fornecidos sob reserva de confidencialidade, não podendo ser divulgados por qualquer forma, sem prévia autorização escrita do INR, I.P., restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.
2. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações, designadamente de carácter fiscal, que os seus trabalhadores venham a ter acesso relacionadas com a atividade do INR, I.P..
3. Cabe ao adjudicatário assegurar, que as pessoas ou entidades que tiverem acesso à informação sujeita a sigilo referida no número anterior, assumam perante si um compromisso de confidencialidade, limitando a divulgação de informação exclusivamente às pessoas ou entidades que dela tenham de tomar conhecimento para tornar possível a sua intervenção nos processos em que intervêm.
4. O adjudicatário assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral, que o INR, I.P., ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.

Cláusula 10.^a

Serviços a contratar

1. A prestação de serviços de apoio à implementação do RGPD no INR, I.P., incorpora as seguintes dimensões:
 - 1.1. Diagnóstico e atualização da situação atual:
 - a. Análise de todos os vetores da organização no âmbito do RGPD;
 - b. Diagnóstico da situação atual em detalhe, com identificação de graus de criticidade.
 - 1.2. Medidas a implementar e procedimentos de implementação:
 - a. Listagem, em relatório, detalhada das medidas a tomar, prioridades e meios;
 - b. Proposta de cronograma de realização e envolvimento de recursos;
 - c. Execução das tarefas de implementação, conforme determinadas nas alíneas precedentes, observando o disposto na cláusula seguinte.
 - 1.3. Prestação de serviços de acompanhamento permanente, e Encarregado da Proteção de dados, nos termos do previsto no artigo 37.º a 39.º do RGPD.

Cláusula 11.^a

Tarefas a realizar

1. De modo a concretizar a finalidade da presente contratação, deverão ser executadas as seguintes tarefas, podendo as mesmas ser realizadas, agregadas ou substituídas por outras com finalidades equivalentes de acordo com o melhor entendimento da entidade adjudicante:
 - 1.1. Tarefas de planeamento e início do projeto de implementação:
 - a) Apresentação de plano de ação;
 - b) Determinação das redes internas de comunicação para efeitos do projeto de implementação;
 - c) Promoção da informação e a intervenção dos elementos da equipa de projeto e das

redes internas;

- d) Definição da política de comunicação dentro da equipa e entre esta e os interlocutores;
- e) Criação da metodologia e os modelos de reporte do projeto que documentem as decisões tomadas e as atividades realizadas;
- f) Criação e organização do dossier de arquivo do projeto e identificar o responsável pelo arquivo;
- g) Medidas de sensibilização inicial.

1.2. Tarefas de inventariação e diagnóstico:

- a) Desenvolvimento ou adoção de formulário de recolha e classificação dos dados pessoais e planear o procedimento;
- b) Divulgação, junto das redes, do procedimento de recolha;
- c) Mapear todos os Dados Pessoais e caracterizar todas as atividades de tratamento;
- d) Identificar os fluxos de dados pessoais, quer físicos quer informáticos, indicando a origem e o destino, primeiramente por unidade orgânica e depois ao nível da entidade, e quem intervém em cada etapa do mesmo;
- e) Realizar o levantamento de todos os formulários (físicos e digitais) utilizados nas unidades orgânicas de recolha de dados pessoais;
- f) Proceder ao registo da finalidade de cada tratamento de recolha;
- g) Identificar o fundamento de licitude de cada tratamento;
- h) Identificar todas as entidades, parceiros externos ou prestadores de serviços que tenham acesso a dados pessoais do serviço, incluindo os estabelecidos em países terceiros ou organismos internacionais (mecanismos de transferência);
- i) Realizar o levantamento de todos os contratos com terceiros que envolvam transferência, acesso ou transmissão de dados pessoais, e analisar a existência de clausulado sobre sigilo, confidencialidade e conformidade com o RGPD;

- j) Identificar os suportes, os locais, as condições e regras de arquivo, nomeadamente de apagamento de cada dado pessoal identificado;
- k) Identificar as normas, nomeadamente portarias sectoriais, com regras de arquivo, confidencialidade, conservação e prazos que se apliquem aos dados pessoais tratados;
- l) Analisar as infraestruturas, sistemas e aplicações de TI do serviço, nomeadamente a nível de privacidade e segurança;
- m) Levantar as políticas, procedimentos, instruções e notas de privacidade que existam na entidade, de aplicação obrigatória às atividades de tratamento.

1.3. Tarefas de avaliação de conformidade e implementação de correções:

- a) Avaliar políticas, regulamentos, procedimentos e processos de gestão de dados pessoais e políticas de privacidade existentes;
- b) Preparar um ou mais políticas de privacidade;
- c) Preparar um plano de tratamento do Risco de Segurança da informação e na relação com partes terceiras (parceiros, fornecedores, prestadores de serviço e outras entidades externas);
- d) Preparar o modelo de AIPD/PIA (Privacy Impact Assessment), textos de consentimento e conteúdos informativos por grupo e tratamento de dados;
- e) Analisar, por unidade orgânica, e de forma integrada por entidade, todas as atividades de tratamento de dados pessoais;
- f) Identificar as atividades de tratamento que carecem de alteração com vista à conformidade com o RGPD, quer ao nível do procedimento quer dos formulários e modelos em suporte de papel e digital;
- g) Reavaliar os dados pessoais capturados, por sistema e tratamento e reconciliação com a respetiva base legal;
- h) Verificar e especificar as decisões que são baseadas em decisões automatizadas e assegurar que as condições previstas no RGPD podem ser, e são, asseguradas;

- i) Avaliar a adequação da base legal da partilha de dados (data sharing) com outras entidades públicas, se identificadas na etapa anterior;
 - j) Analisar as transferências de dados para países terceiros e garantir um nível legal adequado à transferência de dados pessoais;
 - k) Alterar as minutas dos contratos com terceiros para incluir clausulado sobre sigilo, confidencialidade e conformidade com o RGPD no que diz respeito a dados pessoais;
 - l) Realizar adendas aos contratos existentes com terceiros para incluir clausulado sobre sigilo, confidencialidade e conformidade com o RGPD no que diz respeito a dados pessoais;
 - m) Avaliar as bases legais e contratuais dos tratamentos de dados pessoais;
 - n) Elaborar uma lista de todos os tratamentos intervencionados e documentar as ações;
 - o) Identificar as atividades de tratamento que são suscetíveis de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares e assinalá-las como de intervenção prioritária;
 - p) Analisar os sistemas e aplicações em utilização para registar dados pessoais, identificar as respetivas funcionalidades, níveis de acesso, medidas de segurança existentes e identificar medidas a implementar.
- 1.4. Tarefas de desenvolvimento de procedimentos e processos:
- a) Compilar, em articulação estreita com a rede de colaboradores, a informação sobre dados pessoais prestada ao titular, em cada unidade orgânica;
 - b) Identificar e analisar os procedimentos de atendimento e informação ao titular de dados;
 - c) Definir uma estratégia e um procedimento de comunicação com as autoridades e os utentes/clientes no caso de incidente de segurança, privacidade ou violação de dados pessoais;
 - d) Rever toda a informação constante de sites, formulários (externos e internos) e

aplicações;

- e) Criar matrizes e minutas para resposta aos titulares;
- f) Criar um procedimento para notificar a autoridade supervisora (CNPD) dentro de 72 horas;
- g) Criar matrizes e minutas de resposta de notificações de violação de privacidade à CNPD;
- h) Realizar os DPIA/PIA considerados necessários, coligir a respetiva documentação e listá-los para o dossier de auditoria.

1.5. Tarefas de compatibilidade tecnológica:

- a) Avaliar a conformidade dos requisitos técnicos das redes e sistemas de informação em uso com as finalidades e princípios de segurança que se pretendem alcançar;
- b) Implementar um plano de tratamento do risco de segurança da informação na organização;
- c) Assegurar a proteção dos dados pessoais desde a conceção e por defeito em todos os processos, sistemas e plataformas organizacionais e realizar avaliações de impacto sobre a proteção de dados;
- d) Implementar um processo de gestão de incidentes de dados pessoais;
- e) Assegurar uma abordagem consistente e eficaz à gestão de incidentes e violações de dados pessoais.

1.6. Tarefas de auditoria:

- a) Revisão global de todos os documentos normativos produzidos;
- b) Revisão global de todos os procedimentos desenhados ou revistos;
- c) Criação ou atualização do registo dos tratamentos ou categorias de atividades de tratamentos;

d) Criação do Dossier de Auditoria (quer digital quer em papel).

1.7. Tarefas de formação contínua e avaliação final da implementação:

- a) Criação das condições para que a organização integre, no seu funcionamento, estruturas e cultura organizacional, a monitorização e a conformidade com o RGPD;
- b) Disseminação, a todos os trabalhadores, das normas, dos procedimentos, dos formulários, das minutas e dos modelos constantes do dossier de auditoria, de forma organizada, preferencialmente através de ações de informação e formação;
- c) Avaliação do impacto do projeto de implementação do RGPD na organização, verificando se as normas, os procedimentos, os formulários, as minutas e modelos constantes do dossier de auditoria são do conhecimento dos trabalhadores e se estão a ser aplicados de forma sistemática;
- d) Planeamento, com previsão de datas, a revisão periódica das políticas de privacidade.

1.8. Tarefas de acompanhamento permanente: esclarecimento de dúvidas correntes colocadas pela estrutura permanente, interna, de Privacidade, em matéria de licitude, princípios, transferências de dados, criação de procedimentos, deveres de informação aos titulares, exercício dos direitos dos titulares, relações com entidades terceiras, gestão e avaliação do risco (DPIA/PIA), contratação, gestão de incidentes e formação.

1.9. Tarefas de Encarregado da Proteção de dados, nos termos do previsto no artigo 37.º a 39.º do RGPD:

a) Funções de Aconselhamento:

- 1. Informar e aconselhar a Organização, bem como os trabalhadores que tratem os dados, a respeito das suas obrigações nos termos do RGPD e da legislação nacional em matéria de proteção de dados;
- 2. Prestar aconselhamento, quando tal lhe for solicitado, no que respeita à avaliação

de impacto sobre a proteção de dados, e controla a sua realização;

3. Sensibilizar os utilizadores para a importância da deteção atempada de incidentes de segurança e para a necessidade de informar imediatamente o responsável pela segurança, sempre que for detetado código malicioso.

b) Funções de Representação:

1. Cooperar com a CNPD;
2. Atuar como ponto de contato para a CNPD sobre questões relacionadas com o tratamento, incluindo o mecanismo da Consulta Prévia, e recorrer à CNPD sobre qualquer outro assunto, sendo caso disso;
3. Assegurar as relações com os titulares dos dados nas matérias abrangidas pelo RGPD e pela legislação nacional em matéria de proteção de dados.

c) Funções de Controlo:

1. Controlar a conformidade com o RGPD e com a legislação nacional em matéria de proteção de dados, bem como com as políticas respetivas, incluindo a repartição de responsabilidades, a sensibilização e formação do pessoal implicado nas operações de tratamento de dados, e as auditorias correspondentes;
2. Assegurar a realização de auditorias, quer periódicas, quer não programadas.

Cláusula 12.^a

Perfil dos técnicos para a prestação de serviços

1. Os técnicos a realizar as tarefas, definidas na cláusula 11.^a do presente caderno de encargos, devem cumprir os seguintes requisitos:
 - a) Licenciatura em Direito
 - b) Experiência em Proteção de Dados
 - c) Conhecimentos em RGPD

2. Os técnicos a realizar as tarefas, devem ainda deter as seguintes competências:
- a) Espírito de equipa
 - b) Capacidade de Planeamento
 - c) Orientação para resultados
 - d) Domínio das técnicas e dos procedimentos de organização e estruturação de dados no âmbito do Registo de Atividades de Tratamento;
 - e) Domínio das técnicas de elaboração de REGULAMENTO INTERNO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS;
 - f) Domínio dos métodos, das técnicas e dos procedimentos do Avaliação de Impacto sobre a Proteção de dados (AIPD);
 - g) Domínio dos métodos e técnicas de tratamento documental, no âmbito da Proteção de Dados nomeadamente;
 - h) Domínio dos instrumentos e procedimentos de apresentação e disponibilização da informação;
 - i) Domínio dos métodos e técnicas de tratamento Documental, nomeadamente sistemas e classificação, indexação e catalogação;
 - j) Domínio das técnicas e dos procedimentos de organização e estruturação de dados para descrição de documentos e de coleções de documentos;
 - k) Compreender a estrutura organizacional da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público;
 - l) Possuir conhecimento sobre a organização do Ministério Público e da Administração Pública;
 - m) Noções do Código do Procedimento Administrativo;
 - n) Saber relacionar-se com cordialidade, cooperar em equipas de trabalho e tratar matérias sensíveis e confidenciais;
 - o) Aptidão técnica e profissional relacionada com as funções do posto de trabalho;

- p) Capacidade para interagir adequadamente com pessoas com diferentes características e em contextos sociais e profissionais distintos;
- q) Perante situações de pressão, mantém o controlo emocional e o discernimento profissional.

Cláusula 13.^a

Monitorização à prestação de serviços

A qualquer momento, o INR, I.P., pode solicitar informação adicional conducente à monitorização de qualidade da execução do contrato de prestação de serviços e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.

Cláusula 14.^a

Obrigações principais da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em legislação aplicável ou no caderno de encargos, do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações inerentes à aquisição de serviços de apoio à implementação e conformidade do RGPD no INR, I.P.:
 - 1.1. Executar as ações em conformidade com as especificações técnicas;
 - 1.2. Cumprir as regras de segurança impostas por lei para a execução dos trabalhos em causa.
 - 1.3. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar.
 - 1.4. Perante pedidos de esclarecimentos efetuados à entidade adjudicatária, pela entidade adjudicante, a primeira deve fornecer resposta num prazo máximo de 10 dias.
2. Constituem ainda obrigações dos adjudicatários:
 - 2.1. Comunicar ao INR, I.P., logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;

- 2.2. Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- 2.3. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- 2.4. Comunicar ao INR, I.P. qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- 2.5. Cumprir as disposições legais e regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste procedimento, sendo da sua conta os encargos que daí resultem;
- 2.6. A assunção pelo adjudicatário como único responsável pelos prejuízos causados ao INR, I.P. pelos seus colaboradores e terceiros, decorrentes direta ou indiretamente da prestação de serviços objeto do presente procedimento.
3. A título acessório, os cocontratantes ficam ainda obrigados, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento do contrato, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
5. A Entidade Adjudicatária obriga-se a manter o seguro de acidentes de trabalho do seu pessoal ligado ao contrato, bem como um seguro para cobertura de eventuais danos causados pelos seus colaboradores durante o seu trabalho nas instalações.

Cláusula 15.^a

Produtos da execução do contrato

1. Todos os resultados produzidos pelo Adjudicatário durante a execução do contrato serão

alvo de aceitação por parte da entidade adjudicante;

2. A Entidade Adjudicante tem até 7 dias úteis para se pronunciar sobre os documentos entregues e resultados apresentados pelo adjudicatário;
3. No caso de correções ou acréscimos a introduzir, o adjudicatário tem até 5 dias úteis para o fazer e submeter novamente à aprovação da Entidade Adjudicante;
4. Caso a análise da Entidade Adjudicante, a que se refere o número 2, comprove a conformidade dos elementos entregues pelo adjudicatário e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos exigidos, deve ser comunicada ao adjudicatário a aceitação dos mesmos;
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em língua portuguesa e entregues em formato eletrónico, desprotegida para leitura e escrita e compatível com ferramentas de produtividade comuns;
6. A prestação de serviços deverá traduzir-se na entrega das seguintes ações e documentos:
 - a. Formação inicial e preparação das equipas de acompanhamento do processo de avaliação;
 - b. Relatório final com a descrição dos resultados do projeto, diagnóstico do atual estado de maturidade e da situação atual, como identificação de graus de criticidade, explicação dos documentos produzidos ou validados, e apresentação da estratégia recomendada para a implementação do RGPD na Entidade Adjudicante;
 - c. Implementação da primeira camada de processos;
 - d. Formação e preparação das equipas para a fase de consolidação dos processos desenvolvidos durante a prestação de serviços.
7. A lista de documentos a produzir ou validar deverá incluir, pelo menos, os seguintes:
 - a. Registo de Atividades de Tratamento;
 - b. Política de Privacidade e cumprimento dos deveres de informação;
 - c. Regulamento Interno de Proteção de Dados, Política de Conservação de Dados e respetiva tabela de conservação;

- d. Registo de Partes Terceiras com a identificação dos prestadores em função do risco e apoio na contratualização;
- e. Relações laborais, incluindo preparação de adendas aos contratos de trabalho e respetivo anexo com os deveres de informação aos trabalhadores, bem como cláusulas de confidencialidade;
- f. Análises de risco, incluindo as Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados consideradas necessárias;
- g. Políticas de Segurança da Informação que suportem as exigências do RGPD;
- h. Documento sobre Governance em matéria de Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais;
- i. Plano de Resposta a Incidentes;
- j. Documentos com pareceres, devidamente formalizados;
- k. Relatório anual de Auditoria, assinado pelo Encarregado da Proteção de Dados.

Cláusula 16.^a

Mora da Entidade Adjudicatária

1. Há mora da Entidade Adjudicatária quanto às obrigações sujeitas a prazo, nos termos do caderno de encargos ou nos casos de o mesmo ser fixado pela Entidade Adjudicante, decorrido que seja o prazo aplicável ao respetivo cumprimento sem que a Entidade Adjudicatária cumpra a obrigação a que está adstrito.
2. As situações de mora e de incumprimento definitivo por parte da entidade adjudicatária têm, respetivamente, as consequências previstas na cláusula 18.^a.
3. Não se aplica o disposto nos números 1 e 2 quando o atraso se deva a atos imputáveis à Entidade Adjudicante.

Clausula 17.^a

Trabalhadores afetos ao serviço

1. Nos termos do artigo 419-A, aplicável por força do artigo 451.º, ambos do CCP:
 - a) os trabalhadores afetos a serviços cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;

- b) os trabalhadores afetos a serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da concessão;
2. O disposto na alínea a) do n.º anterior, não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente caderno de encargos, não se aplica a trabalhadores que executam tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do serviço.

Cláusula 18.^a

Penalidades contratuais

1. No caso de atraso na conclusão da prestação de serviços contratada, por razões imputáveis à Entidade Adjudicatária, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos: $P = V \times A/100$
- Em que:
- P = Penalidade;
 - V = preço contratual;
 - A = dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados.
2. A Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.
3. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.
4. A decisão de aplicação de penalidades é notificada à Entidade Adjudicatária, acompanhada dos respetivos fundamentos.

Cláusula 19.^a

Modificação contratual

1. O contrato pode ser modificado, de acordo com o previsto no artigo 311.º e seguintes do CCP.
2. Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
3. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
4. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
5. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 20.^a

Resolução contratual

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento pelo Adjudicatário das obrigações enunciadas na cláusula 14.^a do presente caderno de encargos;
 - b) Se a Entidade Adjudicatária incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - c) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - d) Perda pela Entidade Adjudicatária do registo de marca ou da licença de comercialização;
 - e) No caso de a Entidade Adjudicatária prestar falsas declarações;

- f) Se a Entidade Adjudicatária ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante;
 - g) Se ocorrer causa de força maior impeditiva de execução do contrato em tempo julgado útil pela Entidade Adjudicante, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis.
2. Para efeitos do disposto na alínea g) do número anterior, a Entidade Adjudicatária deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.
3. Nas situações previstas no número 1, alíneas a), f) e g), a Entidade Adjudicante notifica à Entidade Adjudicatária da intenção de resolver o contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para a Entidade Adjudicatária se pronunciar.
4. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária, a Entidade Adjudicante decide sobre a resolução do contrato.
5. A decisão de resolução do contrato é notificada à Entidade Adjudicatária, acompanhada dos respetivos fundamentos, através do envio para o respetivo domicílio contratual de carta registada com aviso de receção, e produz efeitos a partir da data da sua receção.
6. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

Cláusula 21.^a

Efeitos da resolução

- 1. Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável à Entidade Adjudicatária, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização, nos termos gerais de direito.
- 2. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 22.^a

Mora da Entidade Adjudicante

- 1. O atraso em qualquer pagamento por parte da Entidade Adjudicante não autoriza a Entidade Adjudicatária a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas

no contrato, salvo se o montante acumulado vencido e pendente de pagamento for superior a 25% do preço contratual ou o atraso for superior a 6 (seis) meses.

2. Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante há mais de 60 (sessenta) dias vencem juros, à taxa legal, desde a data em que se tornaram exigíveis até ao integral pagamento.

Cláusula 23.^a

Despesas

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 24.^a

Cláusula arbitral e foro competente

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato será submetido à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa, nos termos do disposto na Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro.

2. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa será competente para apreciar qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato.

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas para o domicílio contratual de cada uma.

2. A Entidade Adjudicatária ou o seu representante devem informar a Entidade Adjudicante, por escrito, de qualquer mudança no respetivo domicílio contratual.

3. A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção.

4. A comunicação entre as partes deve ser sempre efetuada em língua portuguesa.

Cláusula 26.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa.